Agroecologizar, para esperançar futuros possíveis

José Nunes da Silva[1]

É bem verdade, e não temos dúvidas, que estamos diante de uma crise civilizatória. Ela é ambiental, social, econômica, política, que desafia valores e distintos modos de vida no planeta. Parte dessa crise civilizatória resulta do modo como os seres humanos, numa perspectiva egocêntrica, decidiram se relacionar com os demais seres da natureza. Tal modo de se relacionar com os demais seres da natureza, intensificado a partir do advento do capitalismo, é marcado pela busca irrestrita pelo lucro, em forma de dinheiro, o que leva a estruturação de sociedades desiguais, por vezes desumanas. Porém, para agravar, mais ainda, as diferentes crises que levam à crise civilizatória, a partir dessa perspectiva de exploração da terra, como planeta vivo, estamos diante de uma conta que não fecha: ganância ilimitada, num planeta com bens finitos. Pois bem: os bens naturais, na Terra, são finitos. O que fazer?

Mesmo diante de tal constatação, os frutos dessa ganância alimentam as fortunas de poucas pessoas e famílias espalhadas pelo globo, e as desigualdades sociais e econômicas se agravam. A terra agoniza e grita! Esse grito ecoa fortemente através das mudanças climáticas, por exemplo, que ganham diferentes expressões em cada um dos lugares do mundo. Estiagens prolongadas, secas e desertificação, em certos lugares; tempestades, tornados, enchentes, em outros; ondas de calor extremo e incêndios devastadores, em outros lugares; e por aí vai! Todas essas expressões são manifestações da natureza sufocada! Um agravante é que, parte da natureza que somos, não conseguiremos passar imunes, estando imersos no próprio caos.

Esse caos atinge campos e cidades de forma indiscriminada. Nas cidades, com seus elevados índices de artificialização e construções em concreto, já não há mais espaço para a natureza viva. Parques, áreas verdes e bosques são cada vez mais pressionados por diferentes tipos de especulação imobiliária, para dar espaço à urbanidade, com apelo de uma modernidade, que já nos trouxe até aqui.

Nos campos, a chamada industrialização da agricultura, também chamada de Revolução Verde, nos leva a investir cada vez mais em cultivos simplificados, monoculturais, que homogeneízam paisagens e reduzem drasticamente a socioagrobiodiversidade. Sim, é isso mesmo! Chamamos de socio-agro-bio-diversidade, pois já sabemos que onde há pluralidade de povos e culturas, convivendo e manejando diferentes espaços naturais, há maior diversidade de animais e plantas alimentícias, medicinais, condimentares e tantas outras. Logo, agriculturas que

[1] Professor do Departamento de Educação da Universidade Federal Rural de Pernambuco/Brasil (UFRPE). Atualmente Presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) , para o biênio 2026-2027.

homogeneízam povos e culturas, contribuem para o extermínio da biodiversidade do planeta. E é isso que vem acontecendo em diferentes partes do mundo.

No Brasil, a chamada balança comercial, que apresenta repetidos recordes mundiais, centra-se em cinco produtos: a soja, as carnes (bovina e de frango), o açúcar, o milho e o café, demonstrando extrema especialização produtiva, deixando de fora produtos cruciais na alimentação brasileira, como o feijão e o arroz, por exemplo. A produção diversificada, do que, hoje, chamamos no Brasil de "comida de verdade", vem da agricultura familiar e camponesa, que resiste em pequenas áreas de terra, (re)territorializando a agroecologia, em suas diferentes dimensões, apesar do Estado brasileiro não garantir reforma agrária irrestrita e popular em todo país.

A chamada grande agricultura, que denominamos de agronegócio, agrava ainda mais a crise civilizatória por seguir adotando um modelo produtivo extremamente dependente de insumos externos, como agrotóxicos/venenos e fertilizantes sintéticos. Tais insumos seguem envenenando solos, águas e pessoas, sejam elas trabalhadores/as, nos diferentes cultivos desse modelo de agricultura, sejam consumidores/as, que acabam por consumir em seus pratos doses diárias desses venenos.

Destaca-se, ainda, o avanço da indústria de produtos ultraprocessados que, disfarçados de alimentos, criam a sensação de saciedade, mas não nutrem. Essa indústria, com um gigantesco poder midiático, desqualifica dietas tradicionais, estigmatiza alimentos culturalmente destacados em certos territórios do país, e invade as diferentes gondolas dos supermercados, como a grande alternativa dos tempos em que precisamos trabalhar sempre mais e, por isso, não podemos cozinhar. Essa promessa leva às mesas brasileiras uma centena de enlatados, outros produtos embalados em diferentes tipos de plástico e seus derivados, defumados, embutidos, prontos e semiprontos, com consequências desastrosas para a saúde coletiva e para o ambiente. Ricos em sódio, gorduras saturadas, transgênicos e muitos outras substâncias aditivadas e conservantes, tais produtos ultraprocessados têm relação direta com o aumento de doenças como a hipertensão, diabetes e obesidade, não só no Brasil, mas a nível global. Ainda mais, o consumo de tais produtos gera um volume de resíduos, que contribui para que a gestão do lixo seja um dos problemas ambientais mais desafiadores da atualidade em todo mundo.

Que alternativas teríamos nesse cenário de crise? Dentre tantas outras, a nossa experiência demonstra que a agroecologia representa uma delas.

Inicialmente, no Brasil, ainda na década de 1980 do século XX, começamos a falar de agroecologia de forma restrita à sua dimensão ecológica-técnica e produtiva. Estávamos disputando com a chamada Revolução Verde a produção de alimentos saudáveis. Sem resíduos de venenos e fertilizantes químicos. Com o passar das décadas, aprendemos que agroecologia, para nós, é muito mais que isso. Torna-se uma alternativa multidimensional, que envolve práticas concretas de agricultoras/es e camponesas/es, organizadas/os em torno de um forte e reconhecido movimento político, que vem, gradualmente conquistando diferentes espaços nas organizações acadêmicas e de pesquisa. Tenho definido essa agroecologia, a moda brasileira, como "encontro de ciências". Ciência que está no fazer das/os camponesas/es, ciência que está nessas/es mesmas/os mulheres e homens, que insistentemente constroem resiliência cotidiana para incidência política e, como mais um tipo de ciência, a ciência acadêmica, que desafia a agroecologia, como um campo acadêmico inter-transdisciplinar, pois não podemos buscar soluções para problemas complexos, fundamentadas num pensamento simplista, linear e cartesiano.

Construir essa compreensão no Brasil, protagonizada com muita força pelas mulheres, inclusive as mulheres negras, e as diferentes juventudes, tem demandado construções coletivas, que fomentem os conhecimentos agroecológicos.

Tais conhecimentos agroecológicos, oriundos do que chamei de encontro de ciências, só é possível pelo aporte que chega com os conhecimentos indígenas, com os conhecimentos de povos tradicionais, como quilombolas e ribeirinhos, pescadoras/es artesanais e tantos outros, das/os pesquisadoras/es, professoras/es, estudantes, militantes e etc. Nesse contexto é que nos desafiamos a construir metodologias para dar suporte a essa construção epistemológica.

Aí não tem jeito, é preciso saber construir conhecimentos juntas/os e misturadas/os, como dizemos por aqui! Nesse sentido, as práticas da educação popular têm sido inspirações centrais nessa caminhada. São experiências educativas que partem necessariamente da leitura da realidade concreta do mundo, numa perspectiva freireana, e buscam desconstruir os métodos verticalizados e hierárquicos das propostas educativas mais formalizadas e institucionalizadas em escolas, universidades, etc. O se educar em comunhão nos chama a romper com a ideia de educação "para", destinada a alguns/mas "iletrados/as", para apostarmos na ideia da educação "com". Construir educação "com" somente é possível em processos igualitários, onde não há ciência maior, nem melhor, apenas ciências distintas.

Partindo dessa concepção é possível afirmar, que para o caso brasileiro: sem educação popular, não há agroecologia! É a educação popular, como um conjunto de concepções, métodos, metodologias e fundamentos, que oferece suporte para dar concretude, reconhecendo e empoderando os conhecimentos populares, como válidos, legítimos e centrais para a agroecologia.

Esses conhecimentos estão nos plantios, roçados, produzindo alimentos diversos, saudáveis. Essa produção, para o autoconsumo, garante comida de verdade na mesa dessas famílias para o consumo direto. Esses alimentos circulam, ainda, nos chamados circuitos curtos de comercialização, como as feiras espalhadas em muitos territórios brasileiros. Com apoio de políticas públicas, fundamentais para o avanço da agroecologia no Brasil, tem feito chegar esses alimentos em hospitais, em famílias em vulnerabilidade social, via o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Tem, também, feito chegar à alimentação escolar, através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, bem como outras políticas e programas públicos implementados pelo Governo Federal do Brasil, e governos de estados e municípios. Em todos esses programas, o Governo, em seus diferentes níveis (federal, estadual e municipal), compra das/os agricultora/es e distribui para famílias vulnerabilizadas, escolas, hospitais, etc.

Para tudo isso acontecer, precisamos nos (re)educar, coletivamente, inclusive para incidir em espaços de participação social, nos quais se planeja, monitora a execução, avalia e sistematiza os aprendizados dessa caminhada. A educação popular reforça a ideia de que não há educação neutra, pois o ato de educar, é, em si, um ato político. Nesse sentido os processos educativos populares que permeiam a construção da agroecologia, no Brasil, são, sem dúvidas, processos educativos para transformação social, no sentido em que o Projeto Sinergias vem trabalhando. Para nós, no Brasil, uma das transformações sociais mais impactantes na nossa sociedade é a redução da fome no país e a consequente melhoria da qualidade de vida de nossa população, desconstruindo desigualdades históricas.

Sem dúvidas, essa vida melhor para todas/os só será possível com a natureza viva, e que possamos viver em sinergia natureza-sociedades-territórios.

ÍNDICE